

**BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

**Sumário**

<b>Demonstrações contábeis regulatórias</b> .....	<b>2</b>
Balanços patrimoniais regulatório e societário.....	2
Demonstrações regulatória e societária do resultado do exercício.....	3
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b> .....	<b>4</b>
1. Contexto operacional .....	4
2. Base de elaboração.....	4 a 8
3. Evento significativo no exercício .....	8 e 10
4. Despesas pagas antecipadamente .....	10
5. Ativos Financeiros Setoriais.....	10
6. Outros ativos e passivos circulantes – Serviços em curso – P&D e PEE .....	10
7. Imobilizado .....	11
8. Intangível .....	11
9. Passivos regulatórios .....	12
10. Impostos e contribuições sociais diferidos .....	12
11. Reserva de avaliação patrimonial .....	12
12. Lucros (prejuízos) acumulados .....	12
13. Receita operacional bruta .....	13
14. Deduções da receita operacional .....	13
15. Custos não gerenciáveis – Parcela “A” .....	13
16. Custos gerenciáveis – Parcela “B” .....	14
17. Resultado financeiro .....	14
18. Resultado não operacional .....	15

**BANDEIRANTE ENERGIA S.A**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota de ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>ATIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Consumidores, concessionárias e permissionárias		520.910	-	520.910	461.629	-	461.629
Despesas pagas antecipadamente	[4]	85	257.872	257.957	11	71.639	71.650
Ativos financeiros setoriais	[5]	227.901	(227.901)	-	-	-	-
Outros ativos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE	[6]	-	54.441	54.441	-	42.796	42.796
Outros ativos circulantes		382.741	-	382.741	379.812	-	379.812
		<b>1.131.637</b>	<b>84.412</b>	<b>1.216.049</b>	<b>841.452</b>	<b>114.435</b>	<b>955.887</b>
<b>Não circulante</b>							
Ativo financeiro indenizável	[2.1.1 e]	345.948	(345.948)	-	274.758	(274.758)	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias		50.815	-	50.815	40.660	5.654	46.314
Impostos e contribuições sociais diferidos		63.898	-	63.898	150.474	-	150.474
Despesas pagas antecipadamente	[4]	-	397.134	397.134	-	140.234	140.234
Ativos financeiros setoriais	[5]	123.614	(123.614)	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		129.093	-	129.093	148.067	-	148.067
		<b>713.368</b>	<b>(72.428)</b>	<b>640.940</b>	<b>613.959</b>	<b>(128.870)</b>	<b>485.089</b>
<b>Investimentos</b>		3.053	-	3.053	3.053	-	3.053
<b>Imobilizado</b>	[7]						
Em serviço		361	3.819.474	3.819.835	364	3.767.392	3.767.756
(-) Depreciação acumulada		(296)	(2.305.054)	(2.305.350)	(276)	(2.287.721)	(2.287.997)
Em curso		-	(39.192)	(39.192)	-	99.626	99.626
		<b>65</b>	<b>1.475.228</b>	<b>1.475.293</b>	<b>88</b>	<b>1.579.297</b>	<b>1.579.385</b>
<b>Intangível</b>	[8]						
Em serviço		2.235.031	(1.939.763)	295.268	2.366.983	(2.141.123)	225.860
(-) Amortização acumulada		(1.287.810)	1.089.593	(198.217)	(1.486.013)	1.296.736	(189.277)
Em curso		(25.538)	39.192	13.654	117.848	(99.626)	18.222
		<b>921.683</b>	<b>(810.978)</b>	<b>110.705</b>	<b>998.818</b>	<b>(944.013)</b>	<b>54.805</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.769.806</b>	<b>676.234</b>	<b>3.446.040</b>	<b>2.457.370</b>	<b>620.849</b>	<b>3.078.219</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Circulante</b>							
Passivos regulatórios	[9]	-	90.094	90.094	-	68.159	68.159
Impostos e contribuições sociais diferidos	[10]	19.495	(19.495)	-	-	-	-
Outros passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE	[6]	-	54.441	54.441	-	42.796	42.796
Outros passivos circulantes		1.038.210	-	1.038.210	795.984	-	795.984
		<b>1.057.705</b>	<b>125.040</b>	<b>1.182.745</b>	<b>795.984</b>	<b>110.955</b>	<b>906.939</b>
<b>Não circulante</b>							
Passivos regulatórios	[9]	-	243.946	243.946	-	50.729	50.729
Impostos e contribuições sociais diferidos	[10]	11.054	97.169	108.223	-	156.116	156.116
Outros passivos não circulantes		632.291	-	632.291	557.130	-	557.130
		<b>643.345</b>	<b>341.115</b>	<b>984.460</b>	<b>557.130</b>	<b>206.845</b>	<b>763.975</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		339.628	-	339.628	339.628	-	339.628
Reservas de capital		334.728	-	334.728	334.728	-	334.728
Reservas de lucros		399.651	-	399.651	402.327	-	402.327
Reserva de avaliação patrimonial	[11]	(5.251)	230.083	224.832	27.573	265.482	293.055
Lucros (prejuízos) acumulados	[12]	-	(20.004)	(20.004)	-	37.567	37.567
		<b>1.068.756</b>	<b>210.079</b>	<b>1.278.835</b>	<b>1.104.256</b>	<b>303.049</b>	<b>1.407.305</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.769.806</b>	<b>676.234</b>	<b>3.446.040</b>	<b>2.457.370</b>	<b>620.849</b>	<b>3.078.219</b>

**BANDEIRANTE ENERGIA S.A**  
**DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota de ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>[13]</b>						
Fornecimento de energia elétrica		2.192.198	(282.031)	1.910.167	1.855.010	(22.406)	1.832.604
Receita de ativos financeiros setoriais		350.979	(350.979)	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		3.158	-	3.158	2.403	-	2.403
Energia elétrica de curto prazo		106.454	-	106.454	(2.150)	-	(2.150)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		1.750.646	(5.645)	1.745.001	1.764.705	4.177	1.768.882
Receita de atividade não vinculada		37.284	-	37.284	34.763	-	34.763
Outras receitas operacionais		77.149	-	77.149	105.543	-	105.543
Receita de construção		138.189	(138.189)	-	147.391	(147.391)	-
		<b>4.656.057</b>	<b>(776.844)</b>	<b>3.879.213</b>	<b>3.907.665</b>	<b>(165.620)</b>	<b>3.742.045</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>[14]</b>						
<b>TRIBUTOS E ENCARGOS</b>							
Federais		(415.631)	30.549	(385.082)	(348.081)	-	(348.081)
Estaduais e municipais		(915.941)	-	(915.941)	(848.947)	-	(848.947)
		<b>(1.331.572)</b>	<b>30.549</b>	<b>(1.301.023)</b>	<b>(1.197.028)</b>	-	<b>(1.197.028)</b>
<b>ENCARGOS - PARCELA "A"</b>							
Reserva global de reversão - RGR		-	-	-	886	(886)	-
Programa de eficiência energética - PEE		(13.474)	-	(13.474)	(12.830)	-	(12.830)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(67.584)	13.317	(54.267)	(41.512)	(9.620)	(51.132)
Conta de consumo de combustíveis - CCC		-	(3.878)	(3.878)	(8.986)	985	(8.001)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(12.337)	-	(12.337)	(12.153)	-	(12.153)
Outros encargos (PROINFA consumidores livres e CCC adicional)		(32.440)	-	(32.440)	(30.190)	-	(30.190)
		<b>(125.835)</b>	<b>9.439</b>	<b>(116.396)</b>	<b>(104.785)</b>	<b>(9.521)</b>	<b>(114.306)</b>
		<b>3.198.650</b>	<b>(736.856)</b>	<b>2.461.794</b>	<b>2.605.852</b>	<b>(175.141)</b>	<b>2.430.711</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>							
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"</b>	<b>[15]</b>						
Energia elétrica comprada para revenda		(1.903.993)	452.835	(1.451.158)	(1.450.049)	(23.948)	(1.473.997)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(52.697)	(1.871)	(54.568)	(51.248)	(6.203)	(57.451)
Encargos de uso do sistema de transmissão		(209.034)	31.247	(177.787)	(145.822)	4.847	(140.975)
Taxa de fiscalização		(3.480)	-	(3.480)	(5.524)	-	(5.524)
		<b>(2.169.204)</b>	<b>482.211</b>	<b>(1.686.993)</b>	<b>(1.652.643)</b>	<b>(25.304)</b>	<b>(1.677.947)</b>
		<b>1.029.446</b>	<b>(254.645)</b>	<b>774.801</b>	<b>953.209</b>	<b>(200.445)</b>	<b>752.764</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>	<b>[16]</b>						
Pessoal		(146.739)	-	(146.739)	(145.134)	-	(145.134)
Administradores		(2.259)	-	(2.259)	(2.517)	-	(2.517)
Serviços de terceiros		(144.838)	-	(144.838)	(138.231)	-	(138.231)
Material		(12.256)	-	(12.256)	(13.064)	-	(13.064)
Arrendamentos e aluguéis		(6.748)	-	(6.748)	(5.427)	-	(5.427)
Tributos		(5.677)	-	(5.677)	(5.552)	-	(5.552)
Seguros		(919)	-	(919)	(1.152)	-	(1.152)
Doações, contribuições e subvenções		(1.162)	-	(1.162)	(1.343)	-	(1.343)
(-) Recuperação de despesas		5.001	-	5.001	6.339	-	6.339
Perda na alienação de materiais		-	-	-	(14.346)	-	(14.346)
Outros		(84.038)	58.895	(25.143)	(30.339)	1.562	(28.777)
Provisão para devedores duvidosos		(19.699)	-	(19.699)	(28.330)	-	(28.330)
Provisões - outras		(20.965)	-	(20.965)	(28.945)	-	(28.945)
(-) Reversão de provisão para devedores duvidosos		-	-	-	-	-	-
(-) Reversão da provisão - outras		12.876	-	12.876	22.448	-	22.448
Depreciação		(23)	(121.238)	(121.261)	(23)	(125.439)	(125.462)
Amortização		(87.626)	82.099	(5.527)	(120.256)	113.566	(6.690)
Custo com construção da infraestrutura		(138.189)	138.189	-	(147.391)	147.391	-
		<b>(653.261)</b>	<b>157.945</b>	<b>(495.316)</b>	<b>(653.263)</b>	<b>137.080</b>	<b>(516.183)</b>
		<b>376.185</b>	<b>(96.700)</b>	<b>279.485</b>	<b>299.946</b>	<b>(63.365)</b>	<b>236.581</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>							
Receita financeira		84.713	35.722	120.435	65.520	25.381	90.901
Despesa financeira		(123.693)	(51.538)	(175.231)	(99.700)	(54.581)	(154.281)
	<b>[17]</b>	<b>(38.980)</b>	<b>(15.816)</b>	<b>(54.796)</b>	<b>(34.180)</b>	<b>(29.200)</b>	<b>(63.380)</b>
Resultado não operacional	<b>[18]</b>	-	(61.977)	(61.977)	-	(91.034)	(91.034)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>337.205</b>	<b>(174.493)</b>	<b>162.712</b>	<b>265.766</b>	<b>(183.599)</b>	<b>82.167</b>
Imposto de renda		(71.661)	35.215	(36.446)	(54.816)	34.553	(20.263)
Contribuição social		(25.288)	12.678	(12.610)	(20.169)	12.436	(7.733)
Reversão de juros sobre capital próprio		-	33.632	33.632	-	45.395	45.395
		<b>(96.949)</b>	<b>81.525</b>	<b>(15.424)</b>	<b>(74.985)</b>	<b>92.384</b>	<b>17.399</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>240.256</b>	<b>(92.968)</b>	<b>147.288</b>	<b>190.781</b>	<b>(91.215)</b>	<b>99.566</b>

## BANDEIRANTE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

#### 1. Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou EDP-Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP – Energias do Brasil S.A. (EDP-Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo – SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 – ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### 2. Base de elaboração

- **Demonstrações contábeis societárias:** Estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e estão em conformidade com a *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
- **Demonstrações contábeis regulatórias:** Foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010 e Manual de orientação dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, aprovados através do Despacho ANEEL nº 1.023, de 08 de abril de 2013.

**2.1 Ajustes de CPCs:** são decorrentes das diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, como segue:

##### 2.1.1 Balanço Patrimonial

###### a) Despesas pagas antecipadamente; Passivos regulatórios e Ativos Financeiros Setoriais (notas 4, 5 e 9):

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) que resultou no reconhecimento dos ativos financeiros setoriais e para fins regulatórios são classificados como ativos e passivos regulatórios como segue:

No âmbito societário:

Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2010, a Companhia deixou de reconhecer esses ativos e/ou passivos, com base no entendimento de que os mesmos não atendiam plenamente às definições de ativo e passivo contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil -

Financeiro do CPC e do IFRS. Tal entendimento decorria de que: (i) sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade (a entrega futura de energia elétrica); e (ii) não era praticável saber, no momento do surgimento desses direitos ou obrigações, se e quais os efetivos compradores dessa energia no futuro que pagariam essas diferenças ou as teriam devolvidas em suas contas de energia elétrica.

Adicionalmente, não havia consenso se a legislação em vigor garantia, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento ou pagamento destes valores nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou a obrigação ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo.

Para reduzir incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e a realização ou liquidação destes ativos e/ou passivos e, conseqüentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas Demonstrações Financeiras, a ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Com o aditamento aos contratos de concessão, o CPC emitiu, em 28 de novembro de 2014, o OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) considerando não mais haver impedimento para o reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes da metodologia de definição da tarifa de distribuição de energia elétrica. A orientação tem por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos e passivos.

O OCPC 08 determinou que, como tratam-se de ativos e passivos recuperados por meio da tarifa cobrada do consumidor, os mesmos devem ser tratados como ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, em contrapartida a receita operacional, no resultado do exercício.

No âmbito regulatório:

Os efeitos da aplicação de Ativos e Passivos Regulatórios descritos nas notas 4, 9 são reconhecidos em conformidade ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico vigente até 31 de dezembro de 2014.

**b) Outros ativos e passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE (nota 6):**

No âmbito societário, as obrigações de P&D e PEE são apresentados líquidos dos respectivos serviços em curso referente a esses programas, em atendimento a compensação de ativos e passivos requeridos pelo CPC 26, enquanto que, no âmbito regulatório, os gastos efetuados somente são transferidos dos serviços em curso em contrapartida às obrigações de P&D e PEE quando do encerramento dos projetos, conforme Resolução Normativa ANEEL nºs 504/12 e 556/13, respectivamente.

**c) Ativo Financeiro indenizável, imobilizado e intangível (notas 7 e 8):**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão (IFRIC 12), que resultou na bifurcação em Intangível e Ativo financeiro indenizável do montante registrado em imobilizado e para fins regulatórios são classificados como Ativo Imobilizado, como segue:

No âmbito societário:

- Ativo financeiro indenizável: O valor de R\$345.948, refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IGP-M sobre o valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis ao final da concessão.
- Intangível: O valor de R\$921.683, refere-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, oriundos da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
- Imobilizado: O valor de R\$65, refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos ativos.

No âmbito regulatório:

- Imobilizado: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como Imobilizado, e registrados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, aprovado no laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), deduzidos da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear utilizando-se as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367 de 2 de junho de 2009.
- Intangível: compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares e faixas de servidões permanentes registrados, mensurados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, aprovado no laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória (BRR), deduzidos da respectiva amortização acumulada, quando aplicável.

**d) Impostos e contribuições sociais diferidos (nota 10):**

- Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, incidentes sobre os valores decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1), dos Ativos e passivos regulatórios e Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08;
- PIS/COFINS diferidos, calculados à alíquota de 9,25%, incidentes sobre Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08.

**e) Patrimônio líquido (notas 11 e 12):**

- Reserva de avaliação patrimonial (nota 11): no âmbito regulatório, de acordo com a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, o valor da reavaliação regulatória compulsória, decorrente da diferença entre o valor contábil em 31 de dezembro de 2010 e o Valor Novo de Reposição – VNR, do ativo imobilizado, líquido dos efeitos dos impostos, foi registrado em contrapartida à referida reserva.
- Lucros acumulados (nota 12): resultante dos efeitos da aplicação da ICPC 01(R1), da OCPC 08 e dos Ativos e passivos regulatórios.

**2.1.2 Demonstração do resultado**

**a) Receita operacional bruta (nota 13):**

- Fornecimento de energia elétrica e Receita pela disponibilidade da rede elétrica: os ajustes apresentados referem-se a Ativos e passivos regulatórios e reconhecimento inicial dos Ativos financeiros setoriais da OCPC 08.
- Receita de construção: no âmbito societário, está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de Concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante, apresentados na rubrica de Custos gerenciáveis - Parcela "B".

**b) Deduções da receita operacional – Tributos, Encargos Parcela “A” e Custos não gerenciáveis – Parcela “A” notas (14 e 15):**

- PIS/COFINS diferidos sobre os valores de Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08.
- Referem-se aos valores de CVA – Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”.

**c) Custos gerenciáveis - Parcela "B" (nota 16):**

Os ajustes apresentados referem-se aos efeitos da aplicação no âmbito societário da ICPC 01 (R1) e Custo com construção da infraestrutura. Inclui também valores referentes a Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, sendo este, no âmbito regulatório, registrado na rubrica de Resultado não operacional e no âmbito societário classificado na rubrica de despesas operacionais.

**d) Depreciação e amortização:**

No âmbito societário, resultam da aplicação da ICPC 01 (R1).

No âmbito regulatório, resultam da depreciação e amortização do imobilizado atualizados pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

**e) Resultado financeiro (nota 17):**

- Inclui efeitos da atualização monetária dos Ativos e passivos regulatórios;
- Juros sobre capital próprio o qual no âmbito regulatório é registrado a débito na Despesa financeira em contrapartida à rubrica de Reversão de juros sobre o capital próprio enquanto que no âmbito societário é apresentado como distribuição do resultado do exercício, com tratamento análogo a distribuição de dividendos, conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- Outros: inclui substancialmente atualizações monetárias ativas e passivas e outros resultados financeiros decorrentes de operações de swap, apresentados líquidos no âmbito societário.

**f) Resultado não operacional (nota 18):**

Referem-se a ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, os quais no âmbito regulatório são classificados nessa rubrica e no âmbito societário, de acordo com o CPC 26, os valores a esse título são demonstrados na rubrica de Outras despesas/receitas operacionais, integrando os Custos gerenciáveis - Parcela "B", uma vez que se considera no âmbito societário que todos os resultados existentes referem-se à atividade operacional desenvolvida pela Companhia.

**3. Evento significativo no exercício:**

Os mecanismos disponíveis ao longo do ano de 2013, em especial a distribuição das “Quotas de energia velha” e os leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, foram insuficientes para atender as necessidades das distribuidoras, fazendo com que essas concessionárias ficassem expostas, involuntariamente, ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do mercado de curto prazo.

Diante desse fato, de modo a evitar um risco de exposição financeira, em 7 de março de 2014, foram emitidos o Decreto nº 8.203 e o Despacho ANEEL nº 515, autorizando o repasse de recursos da CDE às distribuidoras para o dia 11 de março de 2014, com o intuito de cobrir o sobrecusto com a compra de energia no mercado de curto prazo de competência janeiro de 2014, decorrente da frustração do leilão A-1, ocorrido em dezembro de 2013.



O sobrecusto foi calculado pela diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio e a cobertura tarifária do montante de reposição. A ANEEL homologou os valores de repasse de recursos da CDE por meio do Despacho nº 515/2014. A Companhia não teve valor a receber.

No dia 13 de março de 2014, o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia, convocou a imprensa para anunciar um pacote de medidas para subsidiar o sobrecusto de energia das distribuidoras, além de diminuir a exposição destas empresas ao mercado de curto prazo, por meio da realização de um leilão de energia com início de suprimento ocorrido a partir de maio de 2014.

O Decreto nº 8.221 de 1º de abril de 2014, incumbiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir de fevereiro a dezembro de 2014 os custos que excedam a cobertura tarifária relativa: (i) à exposição contratual involuntária; e (ii) ao despacho termoeletrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D.

Em contrapartida, a CCEE terá um direito de receber da CDE, a partir de 2015, os valores dos encargos arrecadados pelas distribuidoras, para pagamento dos referidos empréstimos.

Os valores dos encargos arrecadados pela Companhia para pagamento da CDE se dará de forma proporcional ao mercado cativo no prazo de 53 meses a partir do mês de reajuste tarifário ordinário de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.863 de 31 de março de 2015.

No exercício a ANEEL homologou os seguintes valores à Companhia referente a recursos da conta ACR:

<u>Depacho</u>	<u>Competência</u>	<u>Valor</u>	<u>Data do repasse</u>
Depacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	Fevereiro de 2014	70.033	28 de abril de 2014
Depacho nº 1.443 de 9 de maio de 2014	Março de 2014	85.806	12 de maio de 2014
Depacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014	Abril de 2014	47.901	09 de junho de 2014
Depacho nº 3.186 de 18 de agosto de 2014	Maior de 2014	9.303	19 de agosto de 2014
Depacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	Junho de 2014	1.490	19 de agosto de 2014
Depacho nº 3.588 de 2 de setembro de 2014	Julho de 2014	21.373	08 de setembro de 2014
Depacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	Agosto de 2014	16.266	06 de outubro de 2014
Depacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	Setembro de 2014	51.264	05 de novembro de 2014
Depacho nº 4.657 de 2 de dezembro de 2014	Outubro de 2014	6.047	08 de dezembro de 2014
		<u>309.483</u>	

Outro mecanismo para cobrir os déficits tarifários das distribuidoras foi a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER conforme Resolução Normativa ANEEL nº 613 de 20 de maio de 2014. Os recursos destinados foram abatidos na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP, sendo recebido pela Companhia no exercício de 2014 o montante de R\$56.201.

Estes reembolsos de custos através da Conta-ACR e CONER possibilitaram a redução do Ativo Regulatório de CVA e Sobrecontratação.

### **3.1 Assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão**

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foi estabelecido que: “Além dos valores indenizados referentes aos ativos

ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.”

Desta forma, a Companhia passou a registrar os Ativos financeiros setoriais (Nota 2.1.1 a).

#### 4. Despesas Pagas Antecipadamente

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA	216.775	160.852	377.627	69.548	121.129	190.677
Sobrecontratação / exposição de energia	19.806	235.141	254.947	-	17.467	17.467
Outros Componentes Financeiros	21.291	1.141	22.432	2.091	1.638	3.729
	<b>257.872</b>	<b>397.134</b>	<b>655.006</b>	<b>71.639</b>	<b>140.234</b>	<b>211.873</b>

#### 5. Ativos Financeiros Setoriais

	Circulante	Não Circulante
	2014	2014
Ativos financeiros setoriais		
CVA	(155.695)	(13.555)
Sobrecontratação / exposição de energia	(52.883)	(100.330)
Neutralidade - Parcela A	4.617	2.141
PIS/ COFINS sobre Ativos financeiros setoriais	(35.262)	(11.054)
Outros Componentes Financeiros	11.322	(816)
	<b>(227.901)</b>	<b>(123.614)</b>

#### 6. Outros ativos e passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2014	2013	2014	2013
Serviços em curso - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	25.990	24.149	25.990	24.149
Serviços em curso - Eficiência Energética	28.451	18.647	28.451	18.647
	<b>54.441</b>	<b>42.796</b>	<b>54.441</b>	<b>42.796</b>

## 7. Imobilizado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Em Serviço</b>		
Terrenos	46.786	98.714
Edificações, obras civis e benfeitorias	69.870	68.864
Máquinas e equipamentos	4.051.340	3.927.067
Veículos	42.711	38.480
Móveis e utensílios	14.809	13.376
(-) Obrigações especiais	(406.042)	(379.109)
	<u><b>3.819.474</b></u>	<u><b>3.767.392</b></u>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(48.221)	(47.827)
Máquinas e equipamentos	(2.313.126)	(2.281.985)
Veículos	(30.260)	(30.514)
Móveis e utensílios	(10.905)	(10.744)
(-) Obrigações especiais	97.458	83.349
	<u><b>(2.305.054)</b></u>	<u><b>(2.287.721)</b></u>
<b>Em curso</b>		
Terrenos	8.359	10.985
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.030	9.624
Máquinas e equipamentos	78.517	155.177
Veículos	1.041	8.267
Móveis e utensílios	586	1.291
Transformação, fabricação e reparo de materiais	2.664	2.186
Material em depósito	30.700	29.197
Adiantamento a fornecedores	-	991
(-) Obrigações especiais	(171.089)	(118.092)
	<u><b>(39.192)</b></u>	<u><b>99.626</b></u>
<b>Total do Imobilizado</b>	<u><b>1.475.228</b></u>	<u><b>1.579.297</b></u>

## 8. Intangível

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em Serviço	(1.939.763)	(2.141.123)
(-) Amortização Acumulada	1.089.593	1.296.736
Em curso	39.192	(99.626)
<b>Total do Intangível</b>	<u><b>(810.978)</b></u>	<u><b>(944.013)</b></u>

## 9. Passivos Regulatórios

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA	63.000	139.352	202.352	32.299	18.694	50.993
Congelamento da tarifa	23.191	-	23.191	21.001	28.656	49.657
Sobrecontratação	-	101.739	101.739	11.013	715	11.728
Neutralidade dos encargos setoriais	3.903	2.855	6.758	2.821	2.569	5.390
Outros componentes financeiros	-	-	-	1.025	95	1.120
	<b>90.094</b>	<b>243.946</b>	<b>334.040</b>	<b>68.159</b>	<b>50.729</b>	<b>118.888</b>

## 10. Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

	2014					2013			
	Base de cálculo	PIS/COFINS	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias									
Ativos e Passivos Regulatórios	320.966	-	80.242	28.887	109.129	98.639	24.659	8.878	33.537
Ativos financeiros setoriais	(320.966)	(30.549)	(80.242)	(28.887)	(139.678)	-	-	-	-
Ativo financeiro indenizável, Imobilizado e Intangível	318.302	-	79.576	28.647	108.223	360.526	90.132	32.447	122.579
Total passivo não circulante		<b>(30.549)</b>	<b>79.576</b>	<b>28.647</b>	<b>77.674</b>		<b>114.791</b>	<b>41.325</b>	<b>156.116</b>

## 11. Reserva de Avaliação Patrimonial

	2013	Depreciação	Amortização	Baixa	2014
Diferença entre VNR (-) VOC	402.244	(38.881)	(258)	(14.494)	348.611
Imposto de Renda	(100.560)	9.720	65	3.624	(87.152)
Contribuição social	(36.202)	3.499	23	1.304	(31.376)
	<b>265.482</b>	<b>(25.662)</b>	<b>(170)</b>	<b>(9.566)</b>	<b>230.083</b>

## 12. Lucros (Prejuízos) Acumulados

	2014	2013
Efeito nos Ativos e Passivos Regulatórios	320.966	98.639
Efeito nos Ativos financeiros setoriais	(320.966)	-
Efeito no Ativo financeiro indenizável - VNR	(30.309)	(41.719)
Efeito no (-) IR/CS diferido	10.305	(19.353)
Efeitos dos ajustes entre Contabilidade Societária e Regulatória	<b>(20.004)</b>	<b>37.567</b>

### 13. Receita Operacional Bruta

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecimento de energia elétrica		
Subsídios Baixa Renda	-	4.791
CVA	(230.518)	(24.074)
Congelamento da tarifa	28.731	26.524
Sobrecontratação	(98.923)	(26.224)
Neutralidade dos encargos setoriais	(993)	(5.770)
Outros componentes financeiros	19.672	2.347
Receita de ativos financeiros setoriais	(350.979)	-
	<u>(633.010)</u>	<u>(22.406)</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		
Descontos TUSD	(5.645)	4.177
	<u>(5.645)</u>	<u>4.177</u>
Receita de construção	<u>(138.189)</u>	<u>(147.391)</u>
	<u><b>(776.844)</b></u>	<u><b>(165.620)</b></u>

### 14. Deduções da Receita Operacional

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tributos		
PIS/COFINS s/ Ativos financeiros setoriais	30.549	-
Encargos - Parcela "A"		
Reserva global de reversão - RGR	-	(886)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	13.317	(9.620)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(3.878)	985
	<u><b>39.988</b></u>	<u><b>(9.521)</b></u>

### 15. Custos Não Gerenciáveis – Parcela "A"

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Energia elétrica comprada para revenda	452.835	(23.948)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(1.871)	(6.203)
Encargos de uso do sistema de transmissão	31.247	4.847
	<u><b>482.211</b></u>	<u><b>(25.304)</b></u>

## 16. Custos Gerenciáveis – Parcela “B”

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outros		
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens e direitos	47.484	18.747
Valor justo do ativo financeiro indenizável	11.411	(17.185)
Depreciação		
Depreciação - VOC	(82.357)	(80.750)
Depreciação - VNR	(38.881)	(44.689)
Amortização		
Amortização - VOC	82.357	80.750
Amortização - VNR	(258)	(704)
Amortização - OCPC 05 - Baixa Res. 367/09	-	33.520
Custo com construção de infraestrutura	138.189	147.391
	<u><b>157.945</b></u>	<u><b>137.080</b></u>

## 17. Resultado Financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras		
Atualização monetária dos ativos regulatórios	34.239	20.150
Atualização monetária dos Ativos financeiros setoriais	(536)	-
Variação cambial - Itaipu	(5.899)	(5.018)
Variação monetária moeda estrangeira	(1.505)	-
Variação monetária da energia comprada	5.899	5.161
Ajuste a valor presente	-	(2.376)
Marcação a mercado - MTM	(80)	-
Operações de swap	3.604	7.464
	<u><b>35.722</b></u>	<u><b>25.381</b></u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária dos passivos regulatórios	(20.612)	(7.435)
Variação cambial - Itaipu	10.624	8.498
Juros sobre capital próprio	(33.632)	(45.395)
Variação monetária moeda estrangeira	1.505	-
Variação monetária da energia comprada	(5.899)	(5.161)
Ajuste a valor presente	-	2.376
Marcação a mercado - MTM	80	-
Operações de swap	(3.604)	(7.464)
	<u><b>(51.538)</b></u>	<u><b>(54.581)</b></u>
	<u><b>(15.816)</b></u>	<u><b>(29.200)</b></u>

## 18. Resultado Não Operacional

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos e perdas na desativação e alienação bens e direitos	(55.253)	(52.266)
Ganhos e perdas na desativação e alienação bens e direitos - VNR	(6.724)	(38.768)
	<u>(61.977)</u>	<u>(91.034)</u>

### DIRETORIA

**Miguel Dias Amaro**

Diretor-Presidente

**Fernando Peixoto Saliba**

Diretor de Sustentabilidade

**Michel Nunes Itkes**

Diretor Técnico e de Ambiente e Diretor  
Comercial

**Donato da Silva Filho**

Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo  
e de Regulação

**Maytê Souza Dantas de Albuquerque**

Diretora Financeira e de Relações com  
Investidores

**Elisa Saeko Ishizaka Turci**

Gestora Executiva de Consolidação e  
Contabilidade

**Renan Silva Sobral**

Contador - CRC 1SP271964/O-6